

Lyra nega-se a fazer investigações

Recife — O deputado federal Fernando Lyra (PSDB/PE) afirmou que não fará novas investigações sobre os oito parlamentares incluídos no relatório final da CPI do Orçamento como ainda passíveis de cassação. Segundo Lyra, a Comissão Especial que ele preside vai-se limitar a fazer uma análise dos documentos que chegaram à CPI em cima da hora e que por isso não foram estudados pelo relator Roberto Magalhães (PFL/PE). Lyra afirmou que o trecho do relatório de Magalhães sobre casos pendentes é "resto de um abacaxi não descascado", acrescentando que o documento final aprovado pela CPI foi redigido "apressadamente" e por isso contém "erros crassos".

Para Fernando Lyra, bastaria que Magalhães adiasse a entrega de seu relatório por 72 horas para esclarecer definitivamente a situação dos parlamentares sobre os quais não se descobriu provas concretas, mas contra quem ainda pesam suspeitas de corrupção. A Comissão Especial que será instalada hoje vai analisar os casos dos deputados José Carlos Vasconcelos (PRN/PE), José Luis Maia (PPR/PI), Gastone Righi (PTB/SP), Paes Landim

(PFL/PI), José Carlos Aleluia (PFL/BA), Mussa Demes (PFL/PI), Pinheiro Landim (PMDB/CE) e Roberto Jefferson (PTB/RJ). Os deputados Pedro Irujo (PMDB/BA), Jesus Tajra (PFL/PI) e Jorge Tadeu Mudalen (PMDB/SP) foram retirados do relatório depois que Roberto Magalhães reconheceu que os incluiu no documento final por engano.

"A CPI deveria ter terminado o seu trabalho. Deixar pendência em relatório é muito grave", disse Fernando Lyra, que é corregedor-geral da Câmara. "Presume-se que, com um relatório, cesse o processo de investigação e comece o processo em si. Mas nesse caso, oito deputados ficam na expectativa, depois de 93 dias sendo investigados, sem saber para onde vão, com acusações graves ou leves, mas todos eles indiciados. Reconheço o trabalho de Roberto Magalhães e da CPI, mas não posso deixar de criticar esse aspecto que atinge a Mesa da Câmara, na medida em que ela terá de fazer um trabalho que não era dela. Outro erro crasso foi relacionar 11 deputados pendentes de investigações e depois inocentar três. Se eram inocentes, não deveriam estar lá".